

RECONSIDERAÇÃO DE DESPACHO DE ALVARA DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE EDIFICAÇÃO NOVA
INDEFERIDO:
 CONFORME O PEDIDO DE ALVARA DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRA NOVA, PARA A CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DAS CATEGORIAS S2.2 E C.2.2, EM ZONA DE USO ZC. O EMBASAMENTO LEGAL ESTÁ NAS DISPOSIÇÕES DAS LEIS 80017/3 E 941381 (O ALVARA DE DESDOBRDO DO LOTE FOI INDEFERIDO), CONFORME INFORMADO POR APROV.2 AS FLS 205V.

2003-1022408-9 SQUINCRUA 0004106300044-1 002 AMESP ADRI DE BRNS, SERVICOS EPARTICIPACÖESLTDAA
RECONSIDERAÇÃO DO DESPACHO DE AUTO DE REGULARIZAÇÃO LEI Nº13.558/2003
INDEFERIDO:
 CONFORME NOS TERMOS DO ITEM 4.1.1.1 DA LEI 11.228/92, NAO ATENDIMENTO DO COMUNIQUE-SE, O PEDIDO DE AUTO DE REGULARIZACAO PELA LEI 13.558/03, ALTERADA PELA 13.876/04

2003-1057695-5 SQUINCRUA 0008099607001-1 002 JOSE GALLARDO DIAZ
RECONSIDERAÇÃO DO DESPACHO DE AUTO DE REGULARIZAÇÃO LEI Nº13.558/2003
INDEFERIDO:
 CONFORME NOS TERMOS DO ITEM 4.1.1.1 DA LEI 11.228/92, NAO ATENDIMENTO DO COMUNIQUE-SE, O PEDIDO DE AUTO DE REGULARIZACAO PELA LEI 13.558/03, ALTERADA PELA 13.876/04

2003-02828025-7 SQUINCRUA 0017123700227-1 001 PHASE LTDA
RECONSIDERAÇÃO DE DESPACHO DE ALVARA DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE EDIFICAÇÃO NOVA
INDEFERIDO:
 CONFORME O PEDIDO DE ALVARA DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRA NOVA, PARA A CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DA CATEGORIA R3-01, EM ZONA DE USO ZC. O EMBASAMENTO LEGAL ESTÁ NAS DISPOSIÇÕES DO ITEM 4.1.1.1. DA LEI 11.228/92, CONFORME INFORMADO POR APROV.1 AS FLS 152.

2005-0057028-1 SQUINCRUA 000050400613-1 001 COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITACAO DE SAO PAULO
ALVARA DE APROVACAO E EXECUCAO DE REFORMA
DEFERIDO:
 CONFORME NOS TERMOS DAS LEIS 11.228/92, 13.430/02, 13.885/04 E DECRETO 32.239/92, 44.667/04, 45.127/04 E PRONUNCIAMENTO (CASHIHS1112004

2008-0026866-8 SQUINCRUA 0001503100491-1 001 CONDOMINIO EDIFICIO PLAZA IGUALEM
AUTO DE REGULARIZACAO
INDEFERIDO:
 CONFORME PELO NAO ATENDIMENTO DO COMUNICADO DE FLS.405, NOS TERMOS DO SUBITEM 4.1.1.1 DA LEI 11.228/92 E LEI 8382/76.

2007-0033441-2 SQUINCRUA 0001006001191-1 001 CONDOMINIO EDIFICIO PARQUE PAULISTA
AUTO DE REGULARIZACAO
INDEFERIDO:
 CONFORME PELO NAO ATENDIMENTO DO COMUNICADO DE FLS.93, NOS TERMOS DO SUBITEM 4.1.1.1 DA LEI 11.228/92 E LEI 8382/76.

2007-0093595-5 SQUINCRUA 0001807600203-1 002 WU LING JUIN E OUTRO
RECONSIDERAÇÃO DE DESPACHO DE ALVARA DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE REFORMA
INDEFERIDO:
 CONFORME O PEDIDO DE ALVARA DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE REFORMA, PARA A CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO PARA USO NAO DEFINIDO DA CATEGORIA INRI, EM ZONA DE USO MO Z2E3. O EMBASAMENTO LEGAL ESTÁ NAS DISPOSIÇÕES DO ITEM 7.1 DA LEI 11.228/92 E ARTIGO 186 DA LEI 13.885/04, CONFORME INFORMADO POR APROV.2 AS FLS 282V.

2007-0327812-3 SQUINCRUA 0014417400112-1 001 CONSTRUTORA CRESCER S.A
ALVARA DE APROVACAO E EXECUCAO DE EDIFICACAO NOVA
DEFERIDO:
 CONFORME NOS TERMOS DAS LEIS 11.228/92, 13.430/02, 13.885.04 E DECRETOS 32.239/92, 44.667/04, 45.127/04 E RESOLUCAO/CASHIS/02/2006.

DESPACHOS DO(A) APROV-1
2003-1067374-9 SQUINCRUA 0012012000222-1 004 JAIMÉ GODOIN DOS SANTOS CARDOZO
AUTO DE REGULARIZACAO LEI Nº13.558/2003
INDEFERIDO:
2004-0297706-4 SQUINCRUA 0003709100240-1 001 COMPANHIA MAFORREI DE EMPREENDIMENTOS
PROJETO MODIFICATIVO DE ALVARA DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE EDIFICAÇÃO NOVA
INDEFERIDO:
2005-0123964-9 SQUINCRUA 0007528100145-1 001 DINAH GONCALVES DOS SANTOS
ALVARA DE APROVACAO E EXECUCAO DE EDIFICACAO NOVA
INDEFERIDO:
2005-0139624-2 SQUINCRUA 0004104200889-1 004 CLAUDETE CHAMMAS DAUD E OUTRA
ALVARA DE APROVACAO E EXECUCAO DE EDIFICACAO NOVA
INDEFERIDO:
2008-0385417-4 SQUINCRUA 0008512901047-1 002 CONDOMINIO EDIFICIO NEBRASKA COMUNICACAO
INDEFERIDO:
2008-0227259-9 SQUINCRUA 0003915900252-1 002 NEVADA INVEST IMOB LTDA
APOSTILAMENTO DE ALVARA DE EXECUCAO DE EDIFICACAO NOVA
DEFERIDO:
 CONFORME TERMOS DA LEI 11.228/92 E DECRETO 32.239/92

DESPACHOS DO(A) APROV-2
2007-0373751-2 SQUINCRUA 0008623000559-1 004 PATRIMONY ADMINISTRADORA DE BENS S.A
ALVARA DE APROVACAO E EXECUCAO DE EDIFICACAO NOVA
INDEFERIDO:
 CONFORME O PEDIDO DE ALVARA DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE EDIFICAÇÃO NOVA, NOS TERMOS DA LEI 11.228/92, FALTOU O INDEFERIMENTO DO OFÍCIO Nº23/DEFSEPREN/4.331 (DO CABARITO DO EMPREENDIMENTO).

DESPACHOS DO(A) APROV-3
2007-0201667-1 SQUINCRUA 0007936000699-1 002 GIVAUDAN ROURE DO BRASIL LTDA
ALVARA DE AUTORIZACAO
DEFERIDO:
2007-0234130-9 SQUINCRUA 0006653300096-1 001 FRANKLIN DOS ANJOS COSTA
ALVARA DE APROVACAO E EXECUCAO DE REFORMA
DEFERIDO:
2007-0391407-9 SQUINCRUA 000858800253-1 004 ELI LILLY DO BRASIL LTDA
ALVARA DE APROVACAO E EXECUCAO DE REFORMA
DEFERIDO:
DESPACHOS DO(A) APROV-4
2003-1056603-3 SQUINCRUA 00013424200165-1 001 OSMAR SQUINZARE CASADO
AUTO DE REGULARIZACAO LEI Nº13.558/2003
DEFERIDO:
2007-0086468-1 SQUINCRUA 0015020400067-1 001 OSORIO SOAREZ
ALVARA DE APROVACAO DE EDIFICACAO NOVA
INDEFERIDO:
 CONFORME INDEFERIDO NOS TERMOS DO SUBITEM 4.1.1.1 DA LEI 11.228/92 - NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE E PORTARIA 471/SEHAB/02

2008-0027717-8 SQUINCRUA 00011338800077-1 001 DANIEL PINHEIRO BENAVIDES
ALVARA DE APROVACAO E EXECUCAO DE EDIFICACAO NOVA
INDEFERIDO:
 CONFORME NOS TERMOS DO SUBITEM 4.1.1.1 DA LEI 11.228/92 E PORTARIA 471/SEHAB-02.

DEPARTAMENTO DO CONTROLE DO USO DE IMOVEIS - CONTRU
DESPACHOS DO(A) DIRETOR DE CONTRU
2005-0186861-3 SQUINCRUA 0000802900267-1 001 TEXTIL KAWAI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
RECONSIDERACAO DE DESPACHO DE AUTO DE VERIFICACAO DE SEGURANCA
INDEFERIDO:
2006-0092342-4 SQUINCRUA 0008563300765-1 004 C.C.A.S.A. E CONSTRUCOES LTDA

RECONSIDERAÇÃO DE DESPACHO DE CERTIFICADO DE ACESSIBILIDADE INDEFERIDO:
DPTO. DE REGULARIZACAO DO PARCEL. DO SOLO - RESOLDO
DESPACHOS DO(A) DIRETOR DE RESOLDO-G
1997-0248157-9 SQUINCRUA 001600070511-1 001 CIA COMERCIAL AGRICOLA E INDUSTRIAL GRAMA

AUTO DE REGULARIZACAO DE PARCELAMENTO DO SOLO
TORNIA SEM EFEITO O DESPACHO DEFERIDO PUBLICADO NO DOM DE 28/02/1998
 CONFORME TENDO EM VISTA A MANIFESTACAO DE PRAT. AS FLS. 137.

DIVISÃO TÉCNICA ECON. E FINANCEIRA - SEHAB-1
2008-0.123.900-8 Em cumprimento ao que dispõe o art. 14 do Dec. nº 49.129/2008, com base no informado em fls) 496, 513/514, fica a empresa **SCHAHIN ENGENHARIA S/A**, Isenta das penalidades e/ou multas previstas no item 2.3 da Cláusula 2ª e Cláusula 6ª do Contrato.

2008-0.210.323-1 Em cumprimento ao que dispõe o art. 14 do Dec. nº 49.129/2008, com base no informado em fls) 393, 410/411, fica a empresa **PLANOVA PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÕES S/A**, Isenta das penalidades e/ou multas previstas no item 2.3 da Cláusula 2ª e item 6.2.2 da Cláusula 6ª do Contrato.

2008-0.103.498-8 Em cumprimento ao que dispõe o art. 14 do Dec. nº 49.129/2008, com base no informado em fls) 254, 264/265, fica a empresa **CONSTRUBESE ENGENHARIA LTDA**, Isenta das penalidades e/ou multas previstas no item 2.3 da Cláusula 2ª e Cláusula 6ª do Contrato.

2008-0.191.523-2 Em cumprimento ao que dispõe o art. 14 do Dec. nº 49.129/2008, com base no informado em fls) 172/178, 139/140, fica a empresa **CONSTRUTORA CROMA LTDA**, Isenta das penalidades e/ou multas previstas no item 2.3 da Cláusula 2ª e Cláusula 6ª do Contrato.

2008-0.204.716-1 Em cumprimento ao que dispõe o art. 14 do Dec. nº 49.129/2008, com base no informado em fls) 53, 56/57, fica a empresa **CARIOCA CHRISTIANI NIELSEN ENGENHARIA S/A**, Isenta das penalidades e/ou multas previstas no item 2.3 da Cláusula 2ª e Cláusula 6ª do Contrato.

2008-0.175.176-0 Em cumprimento ao que dispõe o art. 14 do Dec. nº 49.129/2008, com base no informado em fls) 339/340, 350/351, fica a empresa **PAEZ DE LIMA CONST E COM LTDA**, Isenta das penalidades e/ou multas previstas no item 2.3 da Cláusula 2ª e Cláusula 6ª do Contrato.

2008-0.089.844-0 Em cumprimento ao que dispõe o art. 14 do Dec. nº 49.129/2008, com base no informado em fls) 534/535, 542/543, fica a empresa **CONSTRUTORA GOMES LOURENÇO LTDA**, Isenta das penalidades e/ou multas previstas no item 2.3 da Cláusula 2ª e 6ª do Contrato.

2008-0.096.183-4 Em cumprimento ao que dispõe o art. 14 do Dec. nº 49.129/2008, com base no informado em fls) 201, 211/212, fica a empresa **PLANOVA PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÕES S/A**, Isenta das penalidades e/ou multas previstas no item 2.3 da Cláusula 2ª e item 6.2.2 da Cláusula 6ª do Contrato.

2008-0.186.175-2 Em cumprimento ao que dispõe o art. 14 do Dec. nº 49.129/2008, com base no informado em fls) 157, 159/160, fica a empresa **CONSTRUÇÕES E COMERCIO CARMAGO CORRÊA S/A**, Isenta das penalidades e/ou multas previstas na Cláusula 6ª do Contrato.

2008-0.204.713-7 Em cumprimento ao que dispõe o art. 14 do Dec. nº 49.129/2008, com base no informado em fls) 61, 74/75, fica a empresa **CARIOCA CHRISTIANI NIELSEN ENGENHARIA S/A**, Isenta das penalidades e/ou multas previstas na Cláusula 6ª do Contrato.

2008-0.147.900-9 Em cumprimento ao que dispõe o art. 14 do Dec. nº 49.129/2008, com base no informado em fls) 92, 105/106, fica a empresa **ENGEFORM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA**, Isenta das penalidades e/ou multas previstas no item 2.3 da Cláusula 2ª e Cláusula 6ª do Contrato.

2008-0.189.441-3 Em cumprimento ao que dispõe o art. 14 do Dec. nº 49.129/2008, com base no informado em fls) 52, 59/60, fica a empresa **SONDOTÉCNICA ENG. DE SOLOS S/A**, Isenta das penalidades e/ou multas previstas na Cláusula 5ª do Contrato.

2008-0.204.739-0 Em cumprimento ao que dispõe o art. 14 do Dec. nº 49.129/2008, com base no informado em fls) 115, 122/123, fica a empresa **SCHAHIN ENGENHARIA S/A**, Isenta das penalidades e/ou multas previstas na Cláusula 6ª do Contrato.

2008-0.189.451-0 Em cumprimento ao que dispõe o art. 14 do Dec. nº 49.129/2008, com base no informado em fls) 52, 64/65, fica a empresa **ESTUDOS TÉCNICOS E PROJETOS ETEP LTDA**, Isenta das penalidades e/ou multas previstas na Cláusula 5ª do Contrato.

2008-0.197.674-6 Em cumprimento ao que dispõe o art. 14 do Dec. nº 49.129/2008, com base no informado em fls) 361, 373/374, fica a empresa **ANDRADE VALLADARES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA**, Isenta das penalidades e/ou multas previstas no item 2.3 da Cláusula 2ª e Cláusula 6ª do Contrato.

2008-0.112.578-9 Em cumprimento ao que dispõe o art. 14 do Dec. nº 49.129/2008, com base no informado em fls) 381, 388/389, fica a empresa **VILLANOVA ENG. DENSEN AMBIENTAL S/A**, Isenta das penalidades e/ou multas previstas no item 2.3 da Cláusula 2ª e Cláusula 6ª do Contrato.

Depdo. de Regularização de Parcelamento do Solo
INTERESSADO; RESOLU
ASSUNTO:Caboto nº 015/2008/SEHAB
PROCESSO:2007-0338.041-5 **CONTRATADA:** CONSÓRCIO MORAR BEM **DESPACHO:** À vista do que consta neste processo administrativo e da manifestação técnica que acolho, **AUTORIZO:** 1 - Emissão de Nota de Reserva no valor R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais); Nota de Empenho no valor de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais) a favor da CONSTRUTORA ETAMA, C.N.P.J nº 03.867.171/0001-00, (Po) e Nota de Empenho no valor de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais) a favor da empresa SOEBE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA, C.N.P.J nº 43.677.822/0001-14, (Po) onerando a dotação 98.14.15.451.0346.1.281.4.4.90.51.00.00, conforme planilha de Fls. 1.356. 2 - Emissão de Nota de Reserva no valor R\$ 340.615,80 (Trezentos e quarenta mil seiscentos e quinze reais e oitenta centavos); Nota de Empenho no valor de R\$ 170.307,90 (Cento e setenta mil, trezentos e sete reais e noventa centavos) a favor da CONSTRUTORA ETAMA, C.N.P.J nº 03.867.171/0001-00, (Po) e Nota de Empenho no valor de R\$ 170.307,90 (Cento e setenta mil, trezentos e sete reais e noventa centavos) para a empresa SOEBE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA, C.N.P.J nº 43.677.822/0001-14, (Po) onerando a dotação 14.10.15.451.0346.1.281.4.4.90.51.00.00, conforme planilha de Fls. 1.356. 3 - Adoção de novo Cronograma Físico-Financeiro de Fls 1.355. IV - Publique-se.

Superintendência de Habitação Popular
RESOLUÇÃO CMH Nº 34 de 17 de junho de 2008 ASS: Autoriza o repasse do Edifício São Vito à SIURB com o respectivo reembolso ao FMH do valor equivalente para a aquisição de imóveis exclusivamente na região central. O Conselho Municipal de Habitação na forma do artigo 4º da Lei nº 13.425 de 02 de setembro de 2002 e, Considerando que muito além dos debates sobre o futuro do centro, o incentivo à habitação social nesta região atende hoje as discussões sobre o planejamento global de uma cidade que cresce nas periferias e esvazia-se em áreas onde há toda a infra-estrutura instalada; Considerando tratar-se de um fenômeno que gera prejuízos múltiplos ao meio ambiente, com ocupação de áreas de mananciais; ao poder público, na demanda para a transformação de favelas em bairros; e à população pobre, confinada às habitações precárias e obrigada a percorrer as enormes distâncias que separam casa e trabalho; Considerando a necessidade em reverter esse processo, previsto inclusive pelo Plano Diretor Estratégico do município, que delimita diversas zonas especiais de interesse social na região central da cidade, áreas com terrenos ou imóveis subutilizados que devem ser destinadas prioritariamente à moradia popular; Considerando que a aquisição de imóveis no centro atende perfeitamente às diversas frentes que vêm sendo estudadas como forma de aproveitamento de áreas ociosas; Resolve: I-Aprovar o repasse do Edifício São Vito à Secretaria de Infra-Estrutura Urbana e Obras - SIURB - com o respectivo reembolso do valor equivalente para a aquisição de imóveis exclusivamente na região central e assim viabilizar habitação social, atendendo aos movimentos de moradia do centro. II-Esta resolução entra em vigor a partir de 17 de Junho de 2008.

RESOLUÇÃO CMH Nº 35 de 17 de junho de 2008/ASS: Autoriza a aquisição de imóveis na região central. O Conselho Municipal de Habitação na forma do artigo 4º da Lei nº 13.425 de 02 de setembro de 2002 e, Considerando que a aquisição de imóveis no centro atende perfeitamente às diversas frentes que vêm sendo estudadas como forma de aproveitamento de áreas ociosas e imóveis que não cumprem ser papel social; Considerando que muito além dos debates sobre o futuro do centro, o incentivo à habitação social nesta região integra hoje as discussões sobre o planejamento global de uma cidade que cresce nas periferias e esvazia-se em áreas onde há toda a infra-estrutura instalada; Considerando tratar-se de um fenômeno que gera prejuízos múltiplos ao meio ambiente, com ocupação de áreas de mananciais; ao poder público, na demanda para a transformação de favelas em bairros; e à população pobre, confinada às habitações precárias e obrigada a percorrer as enormes distâncias que separam casa e trabalho; Considerando a necessidade em reverter esse processo, previsto inclusive pelo Plano Diretor Estratégico do município, que delimita diversas zonas especiais de interesse social na região central da cidade, áreas com terrenos ou imóveis subutilizados que devem ser destinadas prioritariamente à moradia popular; Considerando que a aquisição de imóveis no centro atende perfeitamente às diversas frentes que vêm sendo estudadas como forma de aproveitamento de áreas ociosas e imóveis que não cumprem ser papel social; Considerando que muito além dos debates sobre o futuro do centro, o incentivo à habitação social nesta região integra hoje as discussões sobre o planejamento global de uma cidade que cresce nas periferias e esvazia-se em áreas onde há toda a infra-estrutura instalada; Considerando tratar-se de um fenômeno que gera prejuízos múltiplos ao meio ambiente, com ocupação de áreas de mananciais; ao poder público, na demanda para a transformação de favelas em bairros; e à população pobre, confinada às habitações precárias e obrigada a percorrer as enormes distâncias que separam casa e trabalho; Considerando a necessidade em reverter esse processo, previsto inclusive pelo Plano Diretor Estratégico do município, que delimita diversas zonas especiais de interesse social na região central da cidade, áreas com terrenos ou imóveis subutilizados que devem ser destinadas prioritariamente à moradia popular; Considerando que a aquisição de imóveis no centro atende perfeitamente às diversas frentes que vêm sendo estudadas como forma de aproveitamento de áreas ociosas e imóveis que não cumprem ser papel social; Considerando que muito além dos debates sobre o futuro do centro, o incentivo à habitação social nesta região integra hoje as discussões sobre o planejamento global de uma cidade que cresce nas periferias e esvazia-se em áreas onde há toda a infra-estrutura instalada; Considerando tratar-se de um fenômeno que gera prejuízos múltiplos ao meio ambiente, com ocupação de áreas de mananciais; ao poder público, na demanda para a transformação de favelas em bairros; e à população pobre, confinada às habitações precárias e obrigada a percorrer as enormes distâncias que separam casa e trabalho; Considerando a necessidade em reverter esse processo, previsto inclusive pelo Plano Diretor Estratégico do município, que delimita diversas zonas especiais de interesse social na região central da cidade, áreas com terrenos ou imóveis subutilizados que devem ser destinadas prioritariamente à moradia popular; Considerando que a aquisição de imóveis no centro atende perfeitamente às diversas frentes que vêm sendo estudadas como forma de aproveitamento de áreas ociosas e imóveis que não cumprem ser papel social; Considerando que muito além dos debates sobre o futuro do centro, o incentivo à habitação social nesta região integra hoje as discussões sobre o planejamento global de uma cidade que cresce nas periferias e esvazia-se em áreas onde há toda a infra-estrutura instalada; Considerando tratar-se de um fenômeno que gera prejuízos múltiplos ao meio ambiente, com ocupação de áreas de mananciais; ao poder público, na demanda para a transformação de favelas em bairros; e à população pobre, confinada às habitações precárias e obrigada a percorrer as enormes distâncias que separam casa e trabalho; Considerando a necessidade em reverter esse processo, previsto inclusive pelo Plano Diretor Estratégico do município, que delimita diversas zonas especiais de interesse social na região central da cidade, áreas com terrenos ou imóveis subutilizados que devem ser destinadas prioritariamente à moradia popular; Considerando que a aquisição de imóveis no centro atende perfeitamente às diversas frentes que vêm sendo estudadas como forma de aproveitamento de áreas ociosas e imóveis que não cumprem ser papel social; Considerando que muito além dos debates sobre o futuro do centro, o incentivo à habitação social nesta região integra hoje as discussões sobre o planejamento global de uma cidade que cresce nas periferias e esvazia-se em áreas onde há toda a infra-estrutura instalada; Considerando tratar-se de um fenômeno que gera prejuízos múltiplos ao meio ambiente, com ocupação de áreas de mananciais; ao poder público, na demanda para a transformação de favelas em bairros; e à população pobre, confinada às habitações precárias e obrigada a percorrer as enormes distâncias que separam casa e trabalho; Considerando a necessidade em reverter esse processo, previsto inclusive pelo Plano Diretor Estratégico do município, que delimita diversas zonas especiais de interesse social na região central da cidade, áreas com terrenos ou imóveis subutilizados que devem ser destinadas prioritariamente à moradia popular; Considerando que a aquisição de imóveis no centro atende perfeitamente às diversas frentes que vêm sendo estudadas como forma de aproveitamento de áreas ociosas e imóveis que não cumprem ser papel social; Considerando que muito além dos debates sobre o futuro do centro, o incentivo à habitação social nesta região integra hoje as discussões sobre o planejamento global de uma cidade que cresce nas periferias e esvazia-se em áreas onde há toda a infra-estrutura instalada; Considerando tratar-se de um fenômeno que gera prejuízos múltiplos ao meio ambiente, com ocupação de áreas de mananciais; ao poder público, na demanda para a transformação de favelas em bairros; e à população pobre, confinada às habitações precárias e obrigada a percorrer as enormes distâncias que separam casa e trabalho; Considerando a necessidade em reverter esse processo, previsto inclusive pelo Plano Diretor Estratégico do município, que delimita diversas zonas especiais de interesse social na região central da cidade, áreas com terrenos ou imóveis subutilizados que devem ser destinadas prioritariamente à moradia popular; Considerando que a aquisição de imóveis no centro atende perfeitamente às diversas frentes que vêm sendo estudadas como forma de aproveitamento de áreas ociosas e imóveis que não cumprem ser papel social; Considerando que muito além dos debates sobre o futuro do centro, o incentivo à habitação social nesta região integra hoje as discussões sobre o planejamento global de uma cidade que cresce nas periferias e esvazia-se em áreas onde há toda a infra-estrutura instalada; Considerando tratar-se de um fenômeno que gera prejuízos múltiplos ao meio ambiente, com ocupação de áreas de mananciais; ao poder público, na demanda para a transformação de favelas em bairros; e à população pobre, confinada às habitações precárias e obrigada a percorrer as enormes distâncias que separam casa e trabalho; Considerando a necessidade em reverter esse processo, previsto inclusive pelo Plano Diretor Estratégico do município, que delimita diversas zonas especiais de interesse social na região central da cidade, áreas com terrenos ou imóveis subutilizados que devem ser destinadas prioritariamente à moradia popular; Considerando que a aquisição de imóveis no centro atende perfeitamente às diversas frentes que vêm sendo estudadas como forma de aproveitamento de áreas ociosas e imóveis que não cumprem ser papel social; Considerando que muito além dos debates sobre o futuro do centro, o incentivo à habitação social nesta região integra hoje as discussões sobre o planejamento global de uma cidade que cresce nas periferias e esvazia-se em áreas onde há toda a infra-estrutura instalada; Considerando tratar-se de um fenômeno que gera prejuízos múltiplos ao meio ambiente, com ocupação de áreas de mananciais; ao poder público, na demanda para a transformação de favelas em bairros; e à população pobre, confinada às habitações precárias e obrigada a percorrer as enormes distâncias que separam casa e trabalho; Considerando a necessidade em reverter esse processo, previsto inclusive pelo Plano Diretor Estratégico do município, que delimita diversas zonas especiais de interesse social na região central da cidade, áreas com terrenos ou imóveis subutilizados que devem ser destinadas prioritariamente à moradia popular; Considerando que a aquisição de imóveis no centro atende perfeitamente às diversas frentes que vêm sendo estudadas como forma de aproveitamento de áreas ociosas e imóveis que não cumprem ser papel social; Considerando que muito além dos debates sobre o futuro do centro, o incentivo à habitação social nesta região integra hoje as discussões sobre o planejamento global de uma cidade que cresce nas periferias e esvazia-se em áreas onde há toda a infra-estrutura instalada; Considerando tratar-se de um fenômeno que gera prejuízos múltiplos ao meio ambiente, com ocupação de áreas de mananciais; ao poder público, na demanda para a transformação de favelas em bairros; e à população pobre, confinada às habitações precárias e obrigada a percorrer as enormes distâncias que separam casa e trabalho; Considerando a necessidade em reverter esse processo, previsto inclusive pelo Plano Diretor Estratégico do município, que delimita diversas zonas especiais de interesse social na região central da cidade, áreas com terrenos ou imóveis subutilizados que devem ser destinadas prioritariamente à moradia popular; Considerando que a aquisição de imóveis no centro atende perfeitamente às diversas frentes que vêm sendo estudadas como forma de aproveitamento de áreas ociosas e imóveis que não cumprem ser papel social; Considerando que muito além dos debates sobre o futuro do centro, o incentivo à habitação social nesta região integra hoje as discussões sobre o planejamento global de uma cidade que cresce nas periferias e esvazia-se em áreas onde há toda a infra-estrutura instalada; Considerando tratar-se de um fenômeno que gera prejuízos múltiplos ao meio ambiente, com ocupação de áreas de mananciais; ao poder público, na demanda para a transformação de favelas em bairros; e à população pobre, confinada às habitações precárias e obrigada a percorrer as enormes distâncias que separam casa e trabalho; Considerando a necessidade em reverter esse processo, previsto inclusive pelo Plano Diretor Estratégico do município, que delimita diversas zonas especiais de interesse social na região central da cidade, áreas com terrenos ou imóveis subutilizados que devem ser destinadas prioritariamente à moradia popular; Considerando que a aquisição de imóveis no centro atende perfeitamente às diversas frentes que vêm sendo estudadas como forma de aproveitamento de áreas ociosas e imóveis que não cumprem ser papel social; Considerando que muito além dos debates sobre o futuro do centro, o incentivo à habitação social nesta região integra hoje as discussões sobre o planejamento global de uma cidade que cresce nas periferias e esvazia-se em áreas onde há toda a infra-estrutura instalada; Considerando tratar-se de um fenômeno que gera prejuízos múltiplos ao meio ambiente, com ocupação de áreas de mananciais; ao poder público, na demanda para a transformação de favelas em bairros; e à população pobre, confinada às habitações precárias e obrigada a percorrer as enormes distâncias que separam casa e trabalho; Considerando a necessidade em reverter esse processo, previsto inclusive pelo Plano Diretor Estratégico do município, que delimita diversas zonas especiais de interesse social na região central da cidade, áreas com terrenos ou imóveis subutilizados que devem ser destinadas prioritariamente à moradia popular; Considerando que a aquisição de imóveis no centro atende perfeitamente às diversas frentes que vêm sendo estudadas como forma de aproveitamento de áreas ociosas e imóveis que não cumprem ser papel social; Considerando que muito além dos debates sobre o futuro do centro, o incentivo à habitação social nesta região integra hoje as discussões sobre o planejamento global de uma cidade que cresce nas periferias e esvazia-se em áreas onde há toda a infra-estrutura instalada; Considerando tratar-se de um fenômeno que gera prejuízos múltiplos ao meio ambiente, com ocupação de áreas de mananciais; ao poder público, na demanda para a transformação de favelas em bairros; e à população pobre, confinada às habitações precárias e obrigada a percorrer as enormes distâncias que separam casa e trabalho; Considerando a necessidade em reverter esse processo, previsto inclusive pelo Plano Diretor Estratégico do município, que delimita diversas zonas especiais de interesse social na região central da cidade, áreas com terrenos ou imóveis subutilizados que devem ser destinadas prioritariamente à moradia popular; Considerando que a aquisição de imóveis no centro atende perfeitamente às diversas frentes que vêm sendo estudadas como forma de aproveitamento de áreas ociosas e imóveis que não cumprem ser papel social; Considerando que muito além dos debates sobre o futuro do centro, o incentivo à habitação social nesta região integra hoje as discussões sobre o planejamento global de uma cidade que cresce nas periferias e esvazia-se em áreas onde há toda a infra-estrutura instalada; Considerando tratar-se de um fenômeno que gera prejuízos múltiplos ao meio ambiente, com ocupação de áreas de mananciais; ao poder público, na demanda para a transformação de favelas em bairros; e à população pobre, confinada às habitações precárias e obrigada a percorrer as enormes distâncias que separam casa e trabalho; Considerando a necessidade em reverter esse processo, previsto inclusive pelo Plano Diretor Estratégico do município, que delimita diversas zonas especiais de interesse social na região central da cidade, áreas com terrenos ou imóveis subutilizados que devem ser destinadas prioritariamente à moradia popular; Considerando que a aquisição de imóveis no centro atende perfeitamente às diversas frentes que vêm sendo estudadas como forma de aproveitamento de áreas ociosas e imóveis que não cumprem ser papel social; Considerando que muito além dos debates sobre o futuro do centro, o incentivo à habitação social nesta região integra hoje as discussões sobre o planejamento global de uma cidade que cresce nas periferias e esvazia-se em áreas onde há toda a infra-estrutura instalada; Considerando tratar-se de um fenômeno que gera prejuízos múltiplos ao meio ambiente, com ocupação de áreas de mananciais; ao poder público, na demanda para a transformação de favelas em bairros; e à população pobre, confinada às habitações precárias e obrigada a percorrer as enormes distâncias que separam casa e trabalho; Considerando a necessidade em reverter esse processo, previsto inclusive pelo Plano Diretor Estratégico do município, que delimita diversas zonas especiais de interesse social na região central da cidade, áreas com terrenos ou imóveis subutilizados que devem ser destinadas prioritariamente à moradia popular; Considerando que a aquisição de imóveis no centro atende perfeitamente às diversas frentes que vêm sendo estudadas como forma de aproveitamento de áreas ociosas e imóveis que não cumprem ser papel social; Considerando que muito além dos debates sobre o futuro do centro, o incentivo à habitação social nesta região integra hoje as discussões sobre o planejamento global de uma cidade que cresce nas periferias e esvazia-se em áreas onde há toda a infra-estrutura instalada; Considerando tratar-se de um fenômeno que gera prejuízos múltiplos ao meio ambiente, com ocupação de áreas de mananciais; ao poder público, na demanda para a transformação de favelas em bairros; e à população pobre, confinada às habitações precárias e obrigada a percorrer as enormes distâncias que separam casa e trabalho; Considerando a necessidade em reverter esse processo, previsto inclusive pelo Plano Diretor Estratégico do município, que delimita diversas zonas especiais de interesse social na região central da cidade, áreas com terrenos ou imóveis subutilizados que devem ser destinadas prioritariamente à moradia popular; Considerando que a aquisição de imóveis no centro atende perfeitamente às diversas frentes que vêm sendo estudadas como forma de aproveitamento de áreas ociosas e imóveis que não cumprem ser papel social; Considerando que muito além dos debates sobre o futuro do centro, o incentivo à habitação social nesta região integra hoje as discussões sobre o planejamento global de uma cidade que cresce nas periferias e esvazia-se em áreas onde há toda a infra-estrutura instalada; Considerando tratar-se de um fenômeno que gera prejuízos múltiplos ao meio ambiente, com ocupação de áreas de mananciais; ao poder público, na demanda para a transformação de favelas em bairros; e à população pobre, confinada às habitações precárias e obrigada a percorrer as enormes distâncias que separam casa e trabalho; Considerando a necessidade em reverter esse processo, previsto inclusive pelo Plano Diretor Estratégico do município, que delimita diversas zonas especiais de interesse social na região central da cidade, áreas com terrenos ou imóveis subutilizados que devem ser destinadas prioritariamente à moradia popular; Considerando que a aquisição de imóveis no centro atende perfeitamente às diversas frentes que vêm sendo estudadas como forma de aproveitamento de áreas ociosas e imóveis que não cumprem ser papel social; Considerando que muito além dos debates sobre o futuro do centro, o incentivo à habitação social nesta região integra hoje as discussões sobre o planejamento global de uma cidade que cresce nas periferias e esvazia-se em áreas onde há toda a infra-estrutura instalada; Considerando tratar-se de um fenômeno que gera prejuízos múltiplos ao meio ambiente, com ocupação de áreas de mananciais; ao poder público, na demanda para a transformação de favelas em bairros; e à população pobre, confinada às habitações precárias e obrigada a percorrer as enormes distâncias que separam casa e trabalho; Considerando a necessidade em reverter esse processo, previsto inclusive pelo Plano Diretor Estratégico do município, que delimita diversas zonas especiais de interesse social na região central da cidade, áreas com terrenos ou imóveis subutilizados que devem ser destinadas prioritariamente à moradia popular; Considerando que a aquisição de imóveis no centro atende perfeitamente às diversas frentes que vêm sendo estudadas como forma de aproveitamento de áreas ociosas e imóveis que não cumprem ser papel social; Considerando que muito além dos debates sobre o futuro do centro, o incentivo à habitação social nesta região integra hoje as discussões sobre o planejamento global de uma cidade que cresce nas periferias e esvazia-se em áreas onde há toda a infra-estrutura instalada; Considerando tratar-se de um fenômeno que gera prejuízos múltiplos ao meio ambiente, com ocupação de áreas de mananciais; ao poder público, na demanda para a transformação de favelas em bairros; e à população pobre, confinada às habitações precárias e obrigada a percorrer as enormes distâncias que separam casa e trabalho; Considerando a necessidade em reverter esse processo, previsto inclusive pelo Plano Diretor Estratégico do município, que delimita diversas zonas especiais de interesse social na região central da cidade, áreas com terrenos ou imóveis subutilizados que devem ser destinadas prioritariamente